

Seminário: A Despoluição dos Rios

FIESP

São Paulo, outubro, 2019



MISSÃO

Apoiar a sociedade e o poder público para garantir o acesso das gerações atual e futuras ao serviço eficiente de água e esgoto no Brasil

Promover a gestão de alta performance e a sustentabilidade dos operadores privados de serviços de água e esgoto no Brasil.

Desde 1996
Conta hoje com

12

Holdings associadas
+

95

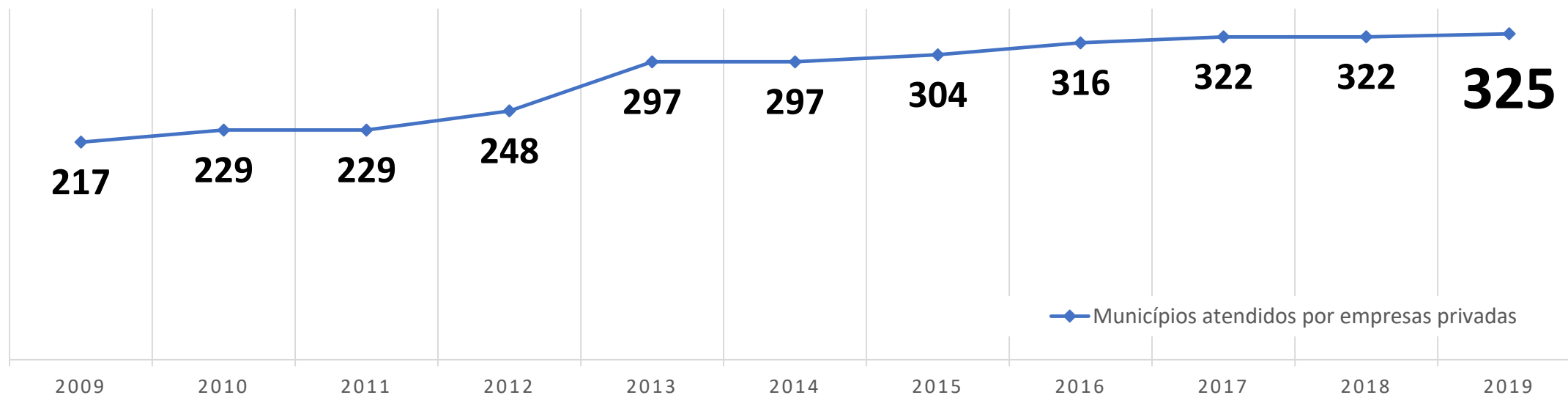
Concessionárias
associadas ao
SINDCON

Empresas privadas no saneamento

- **10.066** funcionários diretos
- **R\$ 509.194.467,18** de contribuição fiscal ou tributária em 2017

Fonte: SNIS 2017

- **Evolução das concessões privadas no saneamento**



Serviços prestados pelos Operadores

Prestadores Estaduais Públicos

Fonte: SNIS 2017 e SPRIS



Prestadores Privados

[325 municípios]



Prestadores Municipais Públicos

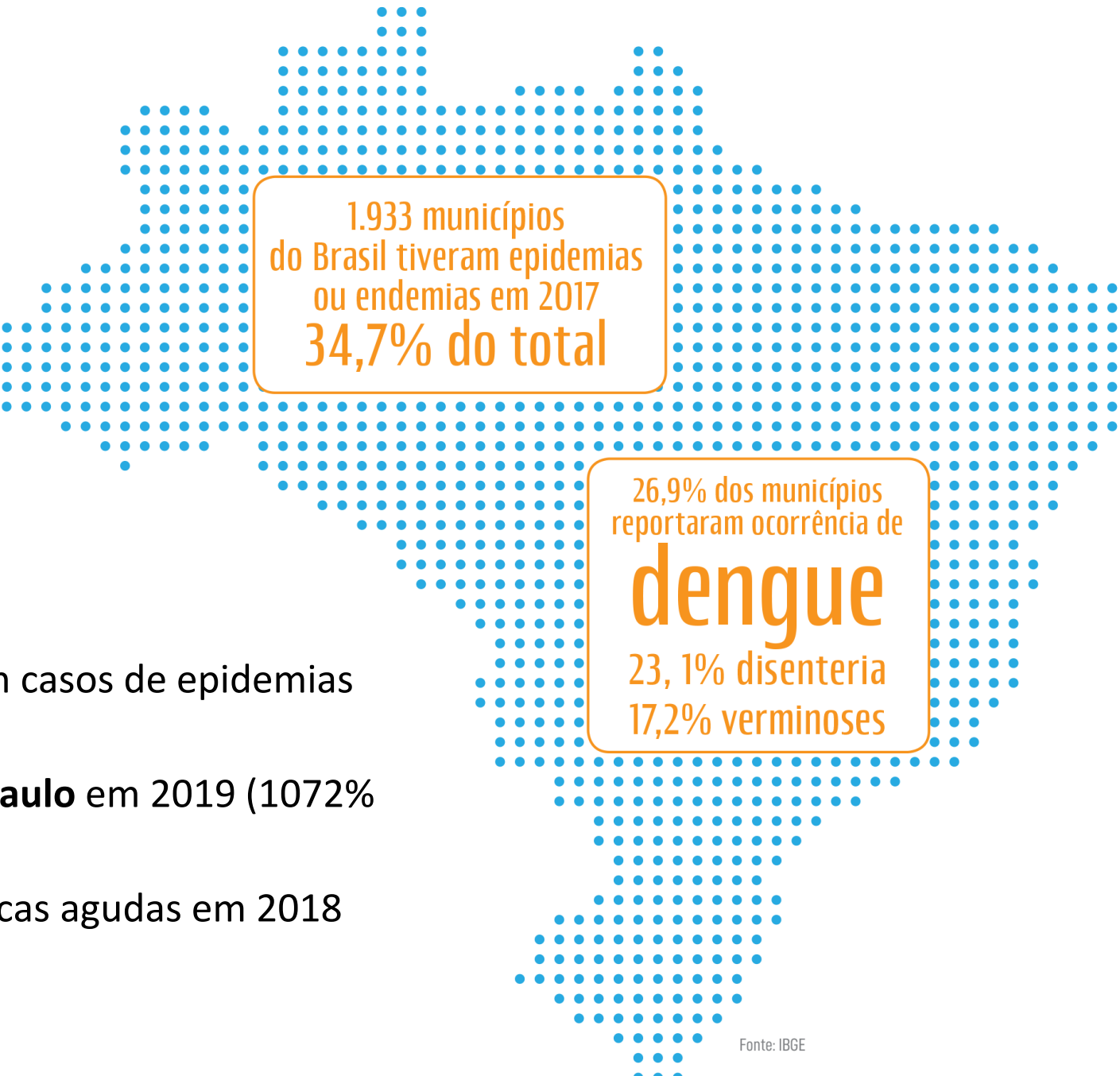


Impactos na saúde

R\$ 5 bilhões

com redução de gastos
na saúde até 2036

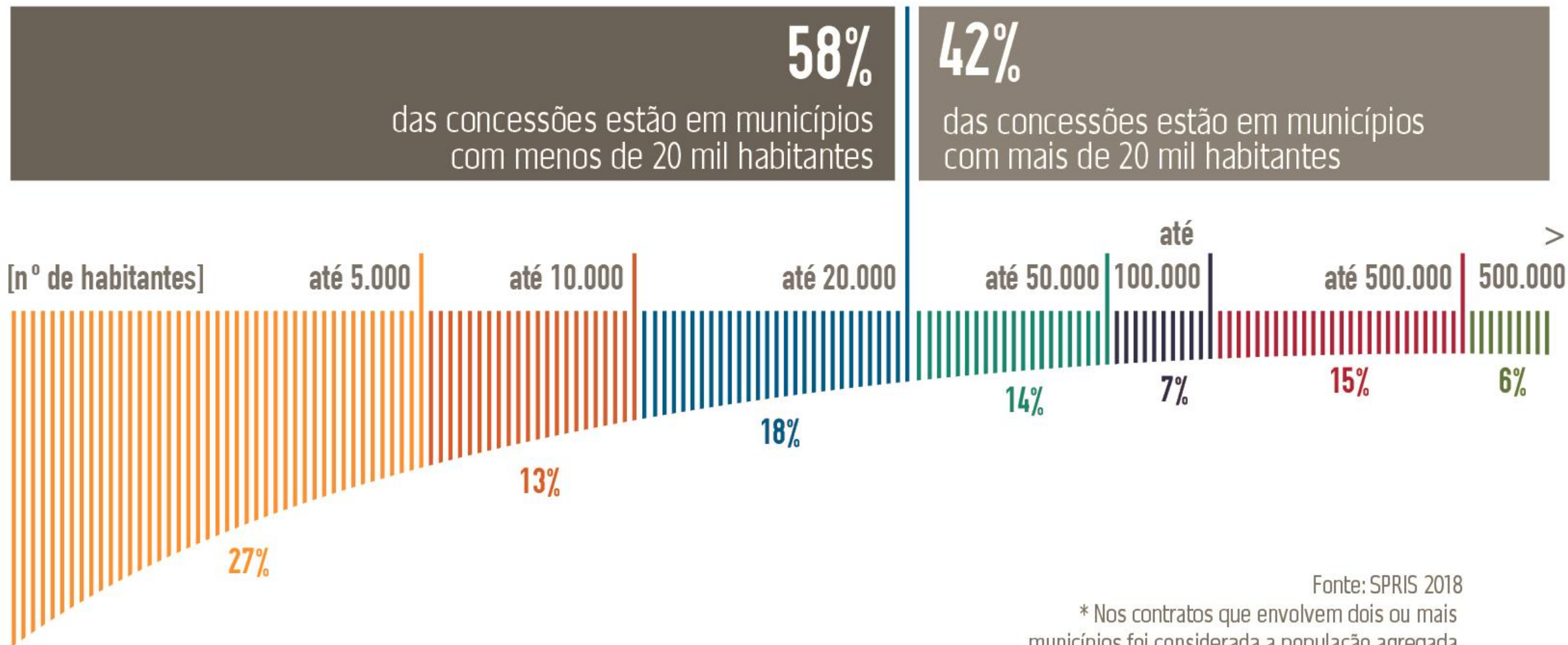
- **Metade dos municípios cearenses** tem casos de epidemias associadas ao saneamento básico
- **17 mil pessoas com dengue em São Paulo** em 2019 (1072% maior que o mesmo período de 2018)
- **3,7 mil capixabas** com doenças diarreicas agudas em 2018



1.933 municípios
do Brasil tiveram epidemias
ou endemias em 2017
34,7% do total

26,9% dos municípios
reportaram ocorrência de
dengue
23,1% disenteria
17,2% verminoses

Municípios com a participação do segmento privado por tamanho da população



BENEFÍCIOS DE UM BRASIL SANEADO

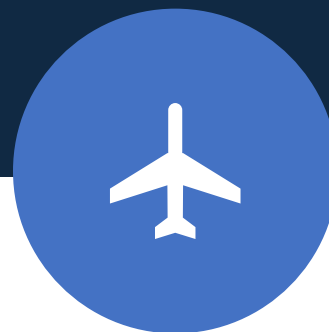
R\$ 1,2 trilhão em benefícios econômicos até 2036, sendo:



R\$ 5 BILHÕES
COM REDUÇÃO DE
GASTOS NA SAÚDE



R\$ 190 BILHÕES
COM AUMENTO
NA PRODUTIVIDADE
DO TRABALHO



R\$ 42,8 BILHÕES
COM O TURISMO

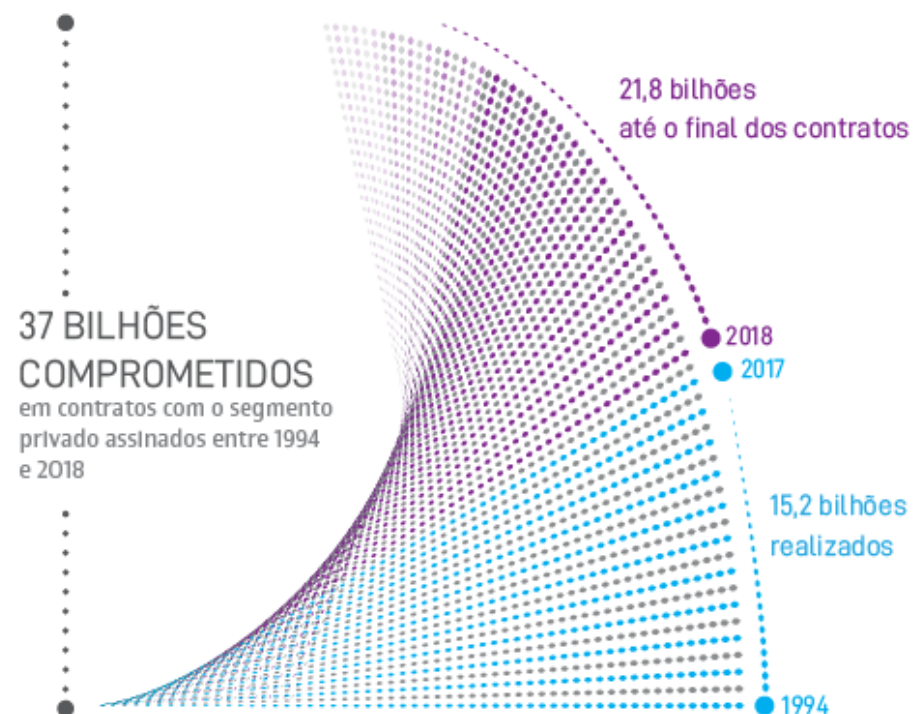


R\$ 447 BILHÕES
VALORIZAÇÃO
IMOBILIÁRIA

O SANEAMENTO NÃO PODE ESPERAR

INVESTIMENTOS DO SEGMENTO PRIVADO NO SANEAMENTO (R\$)

Fonte: SPRIS 2018



MUNICÍPIOS PRIVADOS X INVESTIMENTO PRIVADO

Fonte: SPRIS 2018



QUESTÃO TARIFÁRIA

EQUILÍBRIO FINANCEIRO DOS OPERADORES DO PONTO DE VISTA TARIFÁRIO

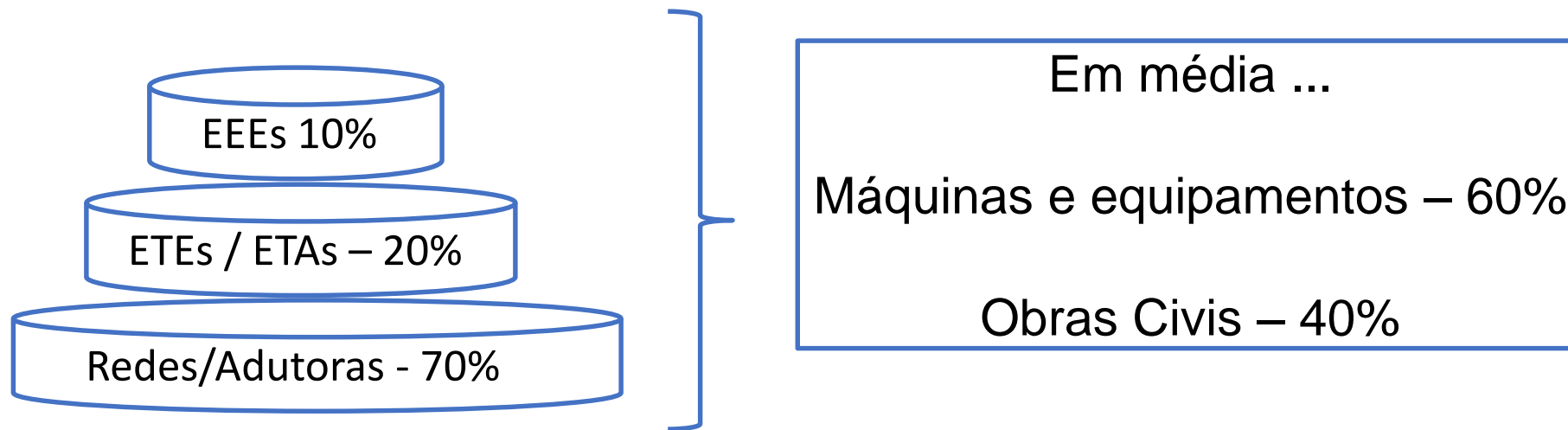
Fonte: SNIS 2019 - Ano Base 2017 Elaboração: SINDCON

	Valor relativo faturado por m ³ (R\$)	Valor relativo da despesa total por m ³ (R\$)
EMPRESAS ESTADUAIS	3,86	4,44
EMPRESAS PRIVADAS	3,40	3,29
SERVIÇOS MUNICIPAIS	1,89	2,04
MÉDIA BRASIL	3,05	3,25

QUADRO DE CONCESSÕES

UF	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL BENEFICIADA	INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)	
			COMPROMETIDO TOTAL DO CONTRATO	MATERIALIZADO EM 2017
ALAGOAS	11	549.026	430,29	0,83
AMAZONAS	1	2.207.525	2.976,68	72,95
BAHIA	2	1.100.000	261,13	0,00
ESPIRITO SANTO	3	707.802	1.586,73	50,49
GOIÁS	4	923.904	951,01	109,38
MARANHÃO	3	320.809	657,00	103,83
MATO GROSSO	37	1.474.392	3.068,07	103,11
MATO GROSSO DO SUL	1	860.943	1.615,51	75,57
MINAS GERAIS	18	1.462.166	864,39	12,09
PARÁ	12	240.101	525,36	7,02
PARANÁ	1	149.683	464,08	15,21
PERNAMBUCO	15	3.965.548	2.954,94	304,21
PIAUÍ	1	825.015	1.700,00	26,94
RIO DE JANEIRO	20	4.418.782	7.363,19	197,99
RIO GRANDE DO SUL	2	189.343	270,62	23,37
RONDÔNIA	4	134.776	478,02	19,79
SANTA CATARINA	12	561.668	1.665,55	98,91
SÃO PAULO	53	12.173.554	7.795,61	682,89
TOCANTINS	125	1.209.635	1.529,02	81,63
	325	33.474.672	37.157,20	1.986,22

O SANEAMENTO NÃO PODE ESPERAR



OPORTUNIDADE DE AVANÇAR NO SANEAMENTO

2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA DO
TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FOI TAXATIVO:

ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL É INCOMPATÍVEL COM
O GRAU DE DESENVOLVIMENTO E O NÍVEL DE RIQUEZA NACIONAL

DEFICIÊNCIA DESTE SERVIÇO AFETA O BEM ESTAR, A SAÚDE DA
POPULAÇÃO E DEGRADA O MEIO AMBIENTE

DESTAQUE REVELADOR

NÃO FOI IDENTIFICADA CORRELAÇÃO ENTRE:
O VOLUME DE RECURSOS DO OGU (ORÇAMENTO GERAL DA
UNIÃO) DISPONIBILIZADOS PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES (OGU)
E
OS NÍVEIS DE COBERTURA DE REDE DE COLETA DE ESGOTO E A
DISPONIBILIDADE HÍDRICA
E MAIS AGRAVANTE:

COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS NÍVEIS
DE MORTALIDADE INFANTIL NAS CIDADES
BENEFICIADAS COM ESSES RECURSOS

DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. DESTRAVAR E GARANTIR A EFETIVIDADE DOS INVESTIMENTOS
2. MOTIVAR O INGRESSO DE EMPRESAS PRIVADAS
3. GARANTIR AMBIENTE FAVORÁVEL À ISONOMIA COMPETITIVA
4. INCENTIVAR A MELHORIA DE GESTÃO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS
5. GARANTIR SEGURANÇA LEGAL
6. PROMOVER UNIFORMIDADE REGULATÓRIA
7. ESTABELECEER REGRAS CLARAS PARA CONTRATOS
8. FORTALECER A AUTONOMIA DOS TITULARES MUNICIPAIS
9. ASSEGURAR A REGIONALIDADE E GANHOS DE ESCALA
10. O SANEAMENTO NÃO PODE ESPERAR

DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

1. AO MCIDADES:

ESTANCAR OS RECURSOS DO OGU

2. À CASA CIVIL:

ESTUDAR E REORGANIZAR O SETOR
DE SANEAMENTO E PROPOR COMO
SOLUÇÃO UM NOVO MARCO LEGAL
E REGULATÓRIO

2016

RELATÓRIO (TC 017.507/2015- 4) VEIO A
PÚBLICO COM AÇÕES IMEDIATAS:

MCIDADES:

SUSPENDE OS RECURSOS
A FUNDO PERDIDO

CASA CIVIL:

INICIA ESTUDOS E PESQUISAS, ENVOLVE OS
ATOES
NO PROCESSO

2017

NOVEMBRO: CASA CIVIL TORNA PÚBLICA SUA
PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO
MARCO LEGAL ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DE **MEDIDA
PROVÍSÓRIA:**

JUNHO DE 2018:

A MP 844/18 FOI ENCAMINHADA AO CONGRESSO

NOVEMBRO DE 2018:

A MP 844 CADUCA SEM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

DEZEMBRO DE 2018:

A MP 868/18 É ENCAMINHADA AO CONGRESSO

MARÇO DE 2019:

INICIA-SE O PROCESSO LEGISLATIVO

JUNHO DE 2019:

CADUCA A MP 868 – SEM SER APRECIADA PELO PLENÁRIO

SETEMBRO DE 2019:

SEGUE O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE O TEMA

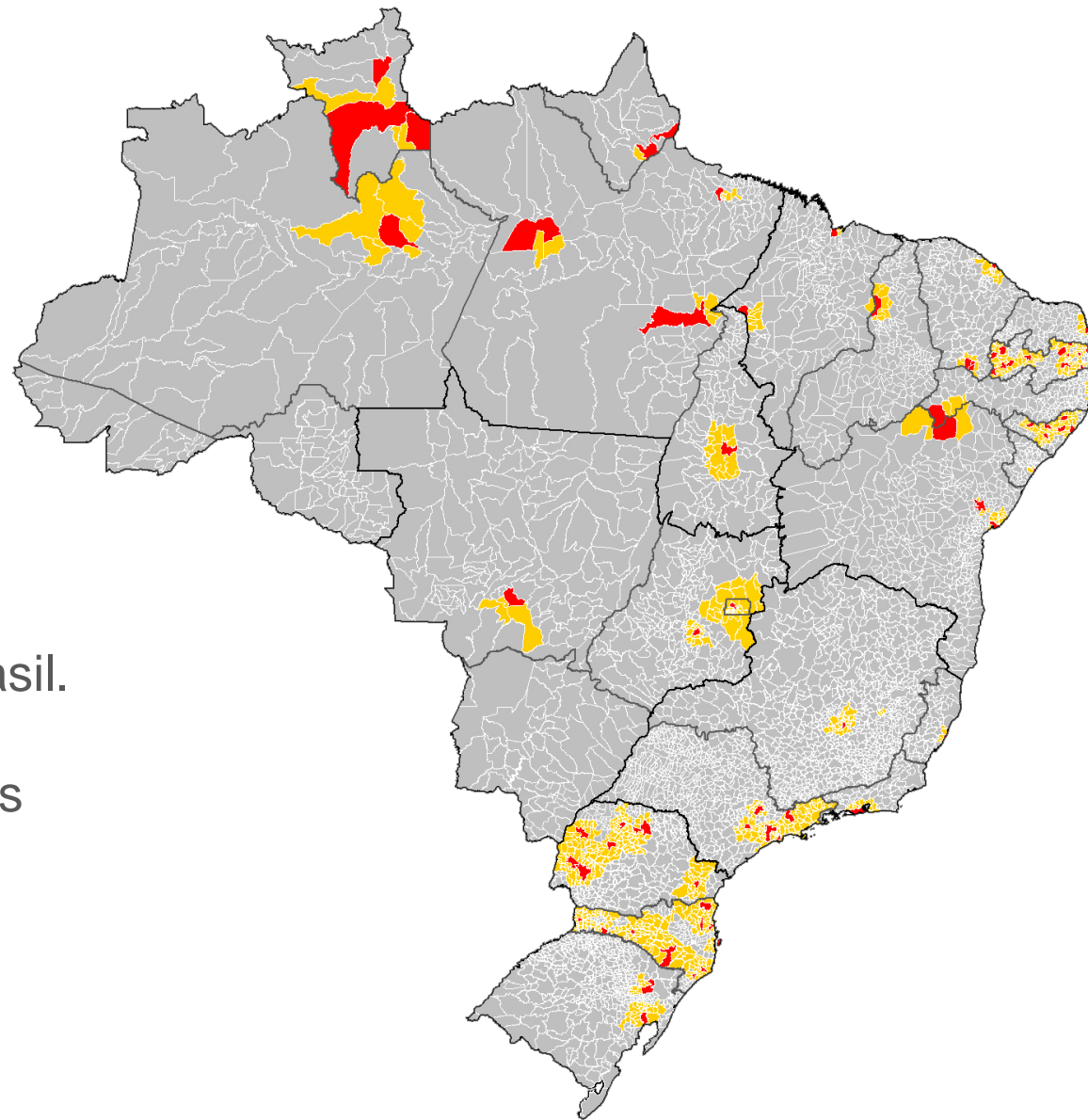
Como orientar o debate ...

- **Foco no cidadão** não na organização institucional do setor
- População sem serviço, ou com serviço precário, **é a mais pobre e vulnerável** aos impactos mais severos da ineficiência do setor – o modelo atual não é justo
- Nos próximos 15 anos, **255 mil brasileiros morrerão** por doenças de veiculação hídrica provocadas pela falta de saneamento adequado
- 2016: perdas financeiras na distribuição da água potável - R\$ 10,5 bilhões, enquanto o investimento é R\$ 11,5 bilhões - **92% do valor investido pelo setor é perdido**



Regiões Metropolitanas

- Há mais de 70 regiões metropolitanas no Brasil.
- A população chega a 100 milhões de pessoas (metade da população brasileira).



- A receita, por outro lado, chega a 90% da receita total de todo o saneamento brasileiro (BR\$ 50 bilhões de reais).
- Como se sabe, qualquer iniciativa de um e somente um dos mais de 1.000 Prefeitos inseridos nestas regiões, será barrada na justiça em menos de 24 horas.

PLV – Relatório Senador Tasso Jereissati

Fortalecimento da regulação

- Atribuições da ANA
- Diretrizes Regulatórias
- Regulação entidade de natureza autárquica com independência decisória e autonomia adm,
- Alterações nas Leis
Lei nº 9.984
Lei nº 10.768

Respeito aos contratos, competição e abertura de mercado

- Isonomia em cláusulas contratuais
- Fim dos Contratos de Programa
- Conversão - Contratos de Programa em Contratos de concessão no caso de Privatizações
- Licitação para prestação dos serviços
- Regularização das operações precárias – 5 anos – Art 15

Garantia dos Ganhos de escala

- Prestação regionalizada - blocos municípios
- Plano de saneamento básico para conjunto de titulares
- Clareza na titularidade – Municípios, Distrito Federal e estrutura de governança interfederativa (Definição interesse local e interesse comum)

Mensagens ...

- ✓ Operação privada de saneamento NÃO representa a desobrigação do Estado com o setor
- ✓ A **regulação** e a formalização dos **contratos** de concessão e/ou de programas proporciona **estabilidade jurídica** para os prestadores dos serviços
- ✓ Desafio fundamental em relação aos contratos de programa – baixa formalização da relação entre Cias estaduais e poder concedente e qualidade dos Contratos de Programa
- ✓ Importante manter diferentes opções para acelerar o investimento no setor de saneamento - as opções mais vantajosas para a sociedade devem ser as mais valorizadas
- ✓ Concorrência como indutora da eficiência na operação e gestão do sistema.

Obrigado

Percy Soares Neto

Diretor Executivo

ABCON/SINDCON

percy.neto@abcon.com.br

